

Militar mantém lobby no Congresso

E general Leônidas diz que união pela Carta pode dar em divórcio

Os militares vão defender seus interesses junto ao Congresso Nacional durante a elaboração do elenco de leis complementares e ordinárias que fará parte da nova Constituição, afirmou ontem o ministro Leônidas Pires Gonçalves, ao deixar o Estado-Maior das Forças Armadas, onde participou do almoço de trabalho de seis ministros militares: Henrique Sabóia (Marinha), Octávio Moreira Lima (Aeronáutica), Valbert Lisleux de Medeiros (EMFA) e Ivan de Souza Mendes (SNI), além do chefe do Gabinete Militar, Bayma Denys. Uma comissão formada de oficiais das três Forças Armadas ficará encarregada de elaborar anteprojetos de lei e submetê-los ao Executivo, que os encaminhará ao Congresso para apreciação, destacou o titular do Exército.

Sobre o seu conceito da nova Constituição, Leônidas afirmou que "o contrato de casamento está feito; agora, vamos ver como ele se comporta na vida conjugal". Indagado sobre a perspectiva da vida conjugal, disse que "toda vida conjugal oferece pontos altos, róseos e felizes e outros de atritos. E se não der certo vocês pedem o divórcio".

Ressaltando que a Constitui-

ção tem muitos pontos positivos, o ministro do Exército observou que, entretanto, chegará o dia em que a própria sociedade se decepcionará, se frustrará, por conta de alguns pontos que são irracionais, como o que reduz o tempo de aposentadoria para diversas categorias profissionais e a licença de 120 dias para a mulher gestante. "Poderá haver o divórcio", insistiu o ministro, para quem existe uma grande diferença entre o Brasil real e o concebido pelos constituintes no texto da nova Constituição.

Algumas dessas conquistas sociais se refletirão em prejuízo do próprio País, afirmou o ministro, garantindo, entretanto, que as Forças Armadas, pela sua formação democrática, cumprirão e farão cumprir o que foi decidido pela Assembleia Nacional Constituinte.

Indagado sobre os incêndios de Itatiaia (área situada na região onde se encontra a Academia das Agulhas Negras), o ministro questionou bem-humorado os repórteres, se não estavam insinuando que o fogo fora provocado pelo Exército, pelo fato de realizar manobras no local. Destacou que o comportamento dos militares é dis-

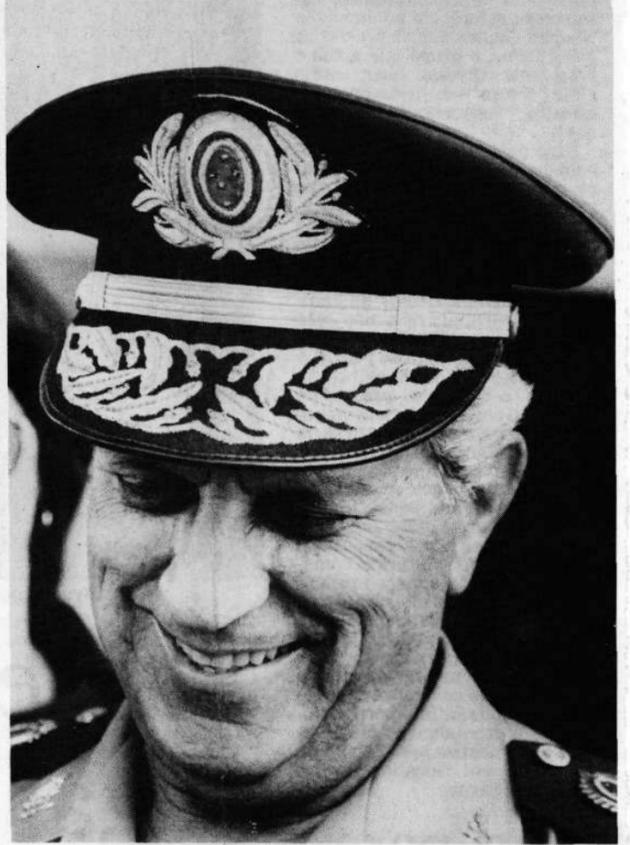
ciplinado e jamais se prestaria a atitudes dessa natureza. "Mesmo porque não estamos interessados em botar fogo em coisa alguma; estamos sempre prontos a apagar o fogo quando somos chamados" — acrescentou.

Segundo ainda Leônidas Pires, o Exército vem colaborando em todas as áreas onde ocorrem incêndios, evitando que o patrimônio seja dilapidado. A atuação da Força Terrestre se desenvolve na preservação do meio ambiente e se faz mais presente na região amazônica, em função, principalmente, das grandes áreas pertencentes ao Exército. A Escola de Instrução Especializada do Exército, no Rio de Janeiro, mantém um curso de especialização de combate a incêndio e terremotos, com capacidade de atuar no País e no exterior, a exemplo de sua recente participação nos terremotos do México e na descontaminação de radioatividade provocada pelo césio-137, em Goiânia.

COMUNISTAS

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, atendendo convite do Governo Comunista da Rússia, deverá visitar Moscou no próximo mês de outubro.

LUCIO BERNARDO



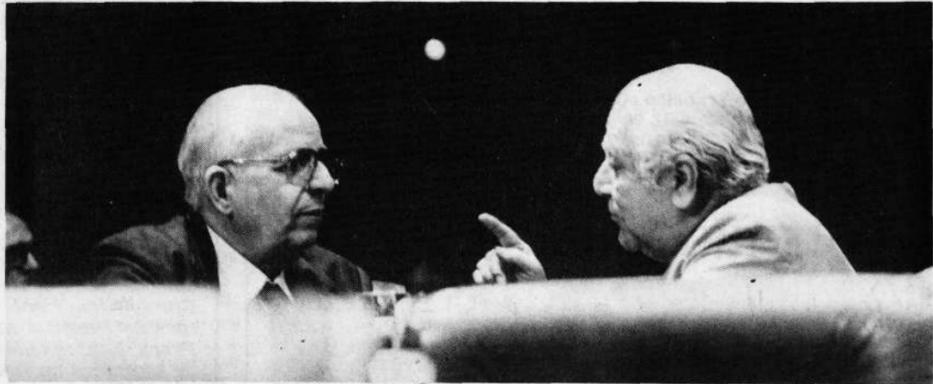
Leônidas admite risco de divórcio do País com a Carta

General centra críticas no ócio

"O Brasil só sairá da crise pela força do trabalho e não pelo incentivo ao ócio e à preguiça". Este é o pensamento do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a respeito de algumas das conquistas sociais aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte, como a licença de 120 dias para a trabalhadora gestante.

Em longa conversa em seu gabinete com o senador Carlos Alberto, do PTB do Rio Grande do Norte, o ministro do Exército manifestou-se também sobre a

JULIO ALCANTARA



Jutahy Magalhães e Saldanha Derzi: o Senado já prepara seu novo regimento

Regimento do Senado pode anteceder Carta

Os assessores da Secretaria Geral do Senado, encarregados de traçar um primeiro esboço do novo Regimento Interno da Casa, estão com o trabalho bastante adiantado. Na avaliação do 1º secretário, senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA), se este ritmo for mantido, até o final do mês a Mesa diretora deve estar recebendo o projeto de regimento para dar a redação final às normas regimentais. Com isto, ele espera que a data da promulgação da Constituição o Senado já esteja com seu instrumento de trabalho total-

mente pronto. Jutahy sabe, no entanto, que as primeiras etapas de elaboração de um novo regimento podem ser aceleradas, mas mais à frente "o processo pode começar a complicar". Ele pretende retomar teses que defendeu há três anos, para a reformulação do regimento, que visam tornar mais ágil o processo legislativo. "As normas regimentais em vigor contêm dispositivos muito fluidos, que impedem a objetividade dos trabalhos", argumentou.

Além de propor uma série de

dispositivos que darão uma nova forma às próprias sessões plenárias, o esboço de regimento que vem sendo preparado pela assessoria do Senado compatibiliza as normas regimentais aos dispositivos constitucionais que devolvem as prerrogativas do Congresso Nacional. As comissões permanentes, a exemplo do que devem fazer também os deputados, receberão atenção especial na mudança regimental. Jutahy lembra que elas ficarão mais fortes, assim como as CPIs, e terão uma nova disciplina para sua instalação e processo de trabalho.

Câmara alheia às novas regras

Apesar da convicção do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), de que será impossível a Câmara dos Deputados trabalhar sobre matérias temáticas após a promulgação da Constituição sem redefinir seu Regimento Interno, a 20 dias deste evento não há qualquer decisão oficial neste sentido. A própria liderança já designou seis parlamentares para iniciarem, em grupo, um levantamento das mudanças regimentais que decorrerão do novo texto constitucional. No entanto, a maioria dos membros desta comissão e seu próprio coordenador, deputado Nelson Jobim, estarão até o dia 22 totalmente envolvidos com a redação final da Carta.

"O Senado está mais adiantado com este trabalho porque seu presidente não preside também a Constituinte", observou ontem o vice-líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA). Mesmo em tom de brincadeira, o parlamentar procurou justificar a falta de tempo do próprio presidente Ulysses Guimarães para iniciar os trabalhos sobre a reformulação do Regimento, já que ele e o secretário-geral Paulo Afonso Martins exercem as mesmas funções na Câmara e na Assembleia.

A única providência das lideranças partidárias na Câmara, na tentativa de evitar o choque das duas legislações no processo legislativo, foi a decisão de não instalar as comissões temáticas ainda este ano, mesmo depois da promulgação da Constituição.

Ibsen, no entanto, já conver-

Senado deixa de chamar ACM

O Senado Federal recusou ontem o oferecimento do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para depor em plenário sobre o dossiê que tem de alguns senadores da CPI da Corrupção. O aviso do ministro, dirigido ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) foi considerado anti-regimental.

O líder do PFL, Marcondes Gadelha (PB), Itamar Franco (MG), (integrante da CPI) e Leite Chaves (PMDB-PR) foram os únicos defensores do comparecimento do ministro. Leite Chaves frisou que recorrerá ao Supremo para que este marque dia e hora para o ministro apresentar suas denúncias.

sou com Ulysses sobre a reformulação do Regimento e sabe que, tão logo seja possível, a Mesa diretora da Câmara instalará uma comissão especialmente para efetuar esta tarefa. Jobim, que coordena o grupo formado pelos deputados Egidio Ferreira Lima (PE), Luiz Henrique (SC), Michel Temer (SP), Jorge Medauar (BA), Antônio Mariz (PB) e José Ulysses (MG), garantiu ontem que só depois do dia 22, quando será votada a redação final da Constituição pelo plenário, ele começará a trabalhar sobre o regimento.

Para Jobim, muitos pontos do Regimento em vigor poderão ser aproveitados. "As mudanças serão mais procedimentais", afirmou. Particularmente ele já fez um levantamento geral das alterações impostas pela Constituição e indica os novos poderes das comissões temáticas como alguns dos mais importantes itens da mudança. Como ele, Egidio e Antônio Mariz também já fizeram uma avaliação preliminar da reformulação regimental e acham difícil apenas adaptar o texto já existente. Para compatibilizar o Regimento com a recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional eles defendem uma reforma total dos dispositivos existentes.

Supremo aguarda chuva de dúvidas com fim da Carta

LUCIA ARAÚJO
Da Editoria de Política

O excessivo tamanho da nova Constituição é a causa principal da polêmica que está sendo travada em torno da auto-aplicação de dispositivos constitucionais. A extensão de artigos e temas será responsável, também, pela corrida ao Supremo, que acabará dando a palavra final sobre assuntos de competência do Poder Legislativo, é o que pensa o ministro do Supremo Tribunal Federal, que prepara-se para estudar o novo texto, prevendo muito trabalho nos próximos meses.

O ministro informou que o tribunal não sabe, até agora, como chegarão ao STF as dúvidas constitucionais. Ele comenta que se forem utilizados os meios tradicionais, com as ações ingressando nas instâncias inferiores, vai levar muito tempo até que dispositivos como o tabelamento de juros sejam aplicados e a Constituição possa ser cumprida integralmente.

O percurso das ações pode, no entanto, ser menor, de acordo com a própria Carta. O parágrafo único do artigo 108 determina que "a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pe-

lo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei". Apesar de depender de regulamentação, pode ser um caminho mais rápido para que as questões polêmicas sejam decididas, porque ingressarão direto no STF.

De qualquer forma, os dispositivos que não poderão ser aplicados imediatamente, serão regidos pela atual legislação. Até que o Congresso Nacional vote os 149 projetos e leis complementares exigidos pela Constituição ou o Supremo decida sobre os mais complexos, muitos artigos e dispositivos ficarão sem efeito, comenta o ministro do STF.

O ministro torcia pela elaboração de uma Carta enxuta, que tratasse apenas da organização do Estado. Ao contrário, os constituintes preferiram tratar de temas tão diversos como a organização da família e o tabelamento de juros, reservados, habitualmente, à legislação ordinária.

Em consequência da extensão dos temas, até mesmo os ministros do STF temem discutir e falar sobre o texto, que não conhecem oficialmente. Todos são unânimes em afirmar que vão estudar muito a nova Carta e se preparar para as provocações que chegarem.

Redatores terminam com 111 correções

A Comissão de Redação entregou ontem aos constituintes o texto final resultante de sua primeira etapa de trabalho. Ao todo foram introduzidas 111 alterações redacionais e de omissão, examinadas em dois dias de trabalho. A partir de hoje, os constituintes têm dois dias para apresentarem suas sugestões de mudanças redacionais ao texto global. Como não está estabelecido regimentalmente um número máximo de emendas a serem apresentadas pelos parlamentares, a Comissão pode vir a ser surpreendida por um volume de propostas além do esperado. Só o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) está disposto a apresentar 100 sugestões redacionais à Comissão.

Apesar disso, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, que também é membro da Comissão de Redação, não acredita que haja qualquer alteração no ritmo do calendário já estabelecido. "Devemos cumprir fielmente os prazos e, portanto, no domingo deverá ser entregue aos membros da Comissão as sugestões que forem

oferecidas pelos parlamentares ao texto", disse.

Dentro deste raciocínio, o líder do PMDB garantiu que nos próximos dias 19 e 20 (segunda e terça-feira), a Comissão voltará a se reunir para examinar as emendas e decidir se acolhe ou não as sugestões. "Depois disso, faremos uma redação final que será levada ao plenário para uma votação global em um único turno", garantiu. Assim como o presidente Ulysses Guimarães, Nelson Jobim não acredita em qualquer impedimento que possa vir a alterar os prazos já estabelecidos, nem mesmo em possíveis manobras de esvaziamento do plenário por parte de alguns grupos.

Com relação aos recursos que alguns constituintes pretendem impetrar contra as alterações introduzidas no texto pela Comissão de Redação, o líder descartou a possibilidade de obterem sucesso. Essa possibilidade foi também descartada ontem pelo presidente Ulysses Guimarães, lembrando que o regimento não prevê qualquer recurso ao plenário.

Passarinho: prazo é curto

O vice-presidente da Comissão de Redação, senador Jarbas Passarinho (PDSPA) disse ontem que possivelmente o prazo de dois dias que a comissão dispõe para o exame das sugestões dos constituintes ao texto, não será suficiente. Segundo ele, já existem oficialmente propostas de redação feitas pelo filólogo Celso Cunha e mais 100 que o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) irá apresentar. "Se fizermos um exercício do absurdo e imaginarmos cada um dos constituintes apresentando uma sugestão, só ai teremos quase mil propostas para serem cheçadas, o que é impossível se fazer em dois dias".

Passarinho lembrou que em 48 horas de trabalho duro, a Comissão de Redação examinou cerca de 300 propostas de alteração, entre as sugeridas pelos relatores e pelos membros da

Comissão. "Portanto — disse — será muito difícil que em apenas dois dias possamos examinar um volume maior do que esse". O senador informou ainda que essa possível alteração do calendário dos trabalhos constituintes já foi discutida com o presidente Ulysses Guimarães.

O senador confirmou também ter encaminhado ao presidente Ulysses Guimarães a sugestão de se votar em bloco as emendas inovadoras, incluídas no texto durante o segundo turno. "Ulysses Guimarães, ficou de me dar uma resposta sobre o assunto neste final de semana e chegou mesmo a perguntar-me se eu permaneceria em Brasília, para que o contato fosse feito". Para o senador, essa sugestão de votação em bloco das propostas inovadoras visa basicamente cumprir a determinação de votação em dois turnos de todo o texto constitucional.